#47 SÉRIE II FEVEREIRO 2022

anti—capitalista

Leitor/Leitora, sabes mais do que nós!

No momento em que abrires esta revista já sabes mais do que nós, na altura em que a preparamos. Já sabes o resultado das eleições legislativas, que a inflexibilidade e a ambição do Partido Socialista tornaram inevitáveis. Já sabes qual a arrumação parlamentar da nova relação de forças e, provavelmente, já fazes contas, já analisas e ponderas opiniões e comentários, já perspetivas soluções que proporcionem maiorias, que disponham oposições e, de preferência, que anulem ideias que até há pouco julgavas (aí estamos juntos/as), que pertenciam ao mofo dos arquivos e à mais sombria das parcelas da história.

Já sabes, por esta altura, avaliar com dados mais concretos a eficácia de um discurso de apologia de maiorias absolutas, que possam perpetuar a ausência de diálogo, no estorvo que, para umas e outros, se revela afinal o processo democrático. Já sabias o que nós também sabemos: que essas maiorias, sem apelo e sem discussão, permitem fazer menos por todos/as e mais por alguns.

Ouviste falar, com mais ou menos estratégia, com este ou aquele disfarce, com um ou outro eufemismo, da entrega da Segurança Social à rotina da especulação financeira, do desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde ou de uma Educação como privilégio e para o privilégio. Falaram-te também da precariedade como regra, da obediência como virtude, da exploração e dos salários baixos como componentes de algo a que chamam "competitividade". Falaram, disseram e anunciaram, agindo como se tu não soubesses que a tua conta da luz é das mais caras da Europa, que a tua renda está cada vez mais alta, que lutas a cada dia e a cada hora por uma vida que se esvai nas mãos de uma ganância sistémica.

Mas já sabes mais do que nós, nesta altura. E vês como passado o que nós vivemos, aqui e agora, no presente: a mobilização da campanha, a articulação solidária entre camaradas que, à esquerda, canalizam a ação militante para a tradução, nas urnas de voto, de causas que vão muito para além da circunstância eleitoral.

Sabemos todas e todos que os tempos que se avizinham vão vincar a urgência das lutas, na certeza de uma crise climática cada vez mais camuflada por quem acha que a coisa vai de paninhos quentes, nas falinhas mansas e na ação decorativa do capitalismo verde. Sabemos também que o racismo, a homofobia e os interesses do patriarcado permanecem instalados no coração das lógicas do mercado, como sem dúvida reconheceste nos floreados e omissões estratégicas da direita eleitoralista.

A revista que agora te chega, no começo do que alguns/algumas definem como "novo ciclo", atesta e sinaliza a pertinência do caminho percorrido, dos resultados que conseguimos alcançar, dentro e fora da Assembleia, dentro e fora de campanha, com as cuidadoras informais, com as e os profissionais de saúde, com precários/as, trabalhadores/as sazonais, estagiários/as eternos/as e todas e todos que connosco fazem caminho. Orgulhamo-nos do que conseguimos fazer e continuaremos a *não desistir de nada*.

Aqui, leitor/leitora, ambos/as sabemos o mesmo!

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

2 Editorial
Leitor/Leitora, sabes mais do que nós!

3 Internacional
Algo se cozinha no Chile

4 Antirracismo
A imigração no Alentejo e a violência do racismo estrutural

6 Eleições
O combate da esquerda no ciclo da maioria absoluta

7 Bívora
O "direito" aos cuidados de saúde

Dossiê | Teoria da reprodução social

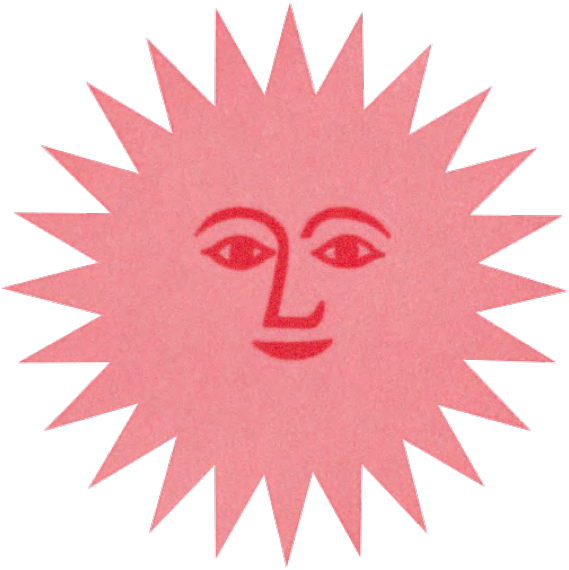
Cuidados. Mudar de vida?
Andrea Peniche e Mafalda Brilhante
Monólogo de uma mulher chamada Maria com a sua patroa
Joana Teixeira
O que é a Teoria da Reprodução Social?
Tithi Bhattacharya

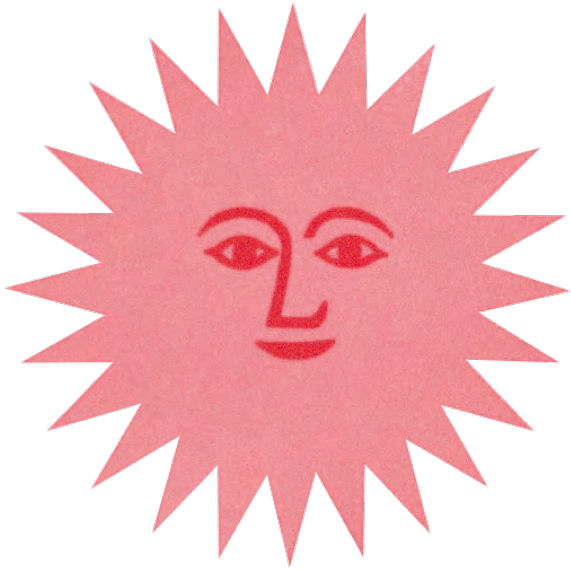
Conselho editorial
Alda Sousa
Ana Bárbara Pedrosa
Ana Pardal
Andrea Peniche
António Figueira
Constança Portela
Hugo Monteiro
Inês Sena
José Miguel Ricardo
Leonor Figueiredo
Luís Leiria
Mafalda Escada
Patrícia Felício
Rodrigo Rivera
Rodrigo Sousa
Sofia Lopes
Tatiana Moutinho

Design gráfico e paginação
José Torres

Participaram nesta edição
Alda Sousa
Andrea Peniche
Bruno Henriques
Francisco Louçã
Hugo Monteiro
Joana Teixeira
José Soeiro
José Torres
Leonor Figueiredo
Mafalda Brilhante
Michelle Lezana
Rodrigo Sousa
Sérgio Duarte
Tatiana Moutinho

Depósito Legal
441931/18





Algo se cozinha no Chile

texto de Michelle Lezana

Escrevo na cozinha, pensando no meu país, enquanto o meu marido português se ocupa da roupa lavada. Começo a fazer o jantar e, entre a agitação de facas, alhos por picar, a rádio que me acompanha e o calor do gás azul, vou buscar o testo para o tacho onde preparo a comida. Sorrio comigo mesma silenciosamente. O testo está coberto de marcas e golpes, mossas. Um dia, apressada depois do trabalho, vim a casa buscá-lo antes de ir à manifestação, juntamente com uma colher de pau. Este testo sabe tudo pelo que passámos. Sabe que voltámos às ruas, protestando uma e outra vez, apesar do medo de ser mais uma das pessoas mutiladas e mortas.

Começo a picar cebola e inevitavelmente choro. Por causa da cebola, sim, mas também por pensar em todos aqueles que nos ajudaram a chegar até aqui e que já não estão cá. Porque o Chile vai dando sinais de finalmente cumprir a promessa adiada de acabar com a ditadura - foi-se o ditador, mas não a sua Constituição (ao contrário de Portugal). Foi-se a sua imagem, mas não a sua sombra, e assim estamos, há mais de trinta anos, na penumbra de uns "tempos melhores". A rádio alegra a minha missão tortuosa com parangonas de um futuro mais luminoso: "O Chile terá a primeira Constituição escrita com paridade", "O executivo ministerial do presidente eleito, Gabriel Boric, é maioritariamente feminino", "A Ministra da Mulher é feminista", "Tanto a porta-voz do Governo como os Ministros do Trabalho e da Ciência são comunistas - parece que se acaba a demonização do partido", "A neta de Salvador Allende será Ministra da Defesa e terá a cargo o ministério que assassinou o seu avô, há círculos que começam a fechar-se".

Junto *merkén** à comida que preparo, a rádio nada diz sobre o povo mapuche - penso em Elisa Loncón, que deixa a liderança da Convenção Constituinte, mostrando-nos a sabedoria ancestral e generosa dos povos indígenas, da qual não somos merecedores depois de séculos de violência contra as nações originárias. Tapo o tacho com o seu testo, sei que voltarei a usá-lo nas manifestações futuras. Seco as lágrimas de esperança, cebolas, vapor e medo. Porque os simbolismos e os círculos completos não são suficientes. Confio nesta circunferência prateada, no eco do seu retumbar implacável e resoluto, que exige justiça e reparação e dignidade.

* Tempero tradicional da gastronomia chilena feito à base de uma pimenta fumada misturada com cominhos, coentros e sal.

A imigração no Alentejo e a violência do racismo estrutural À conversa com José Falcão

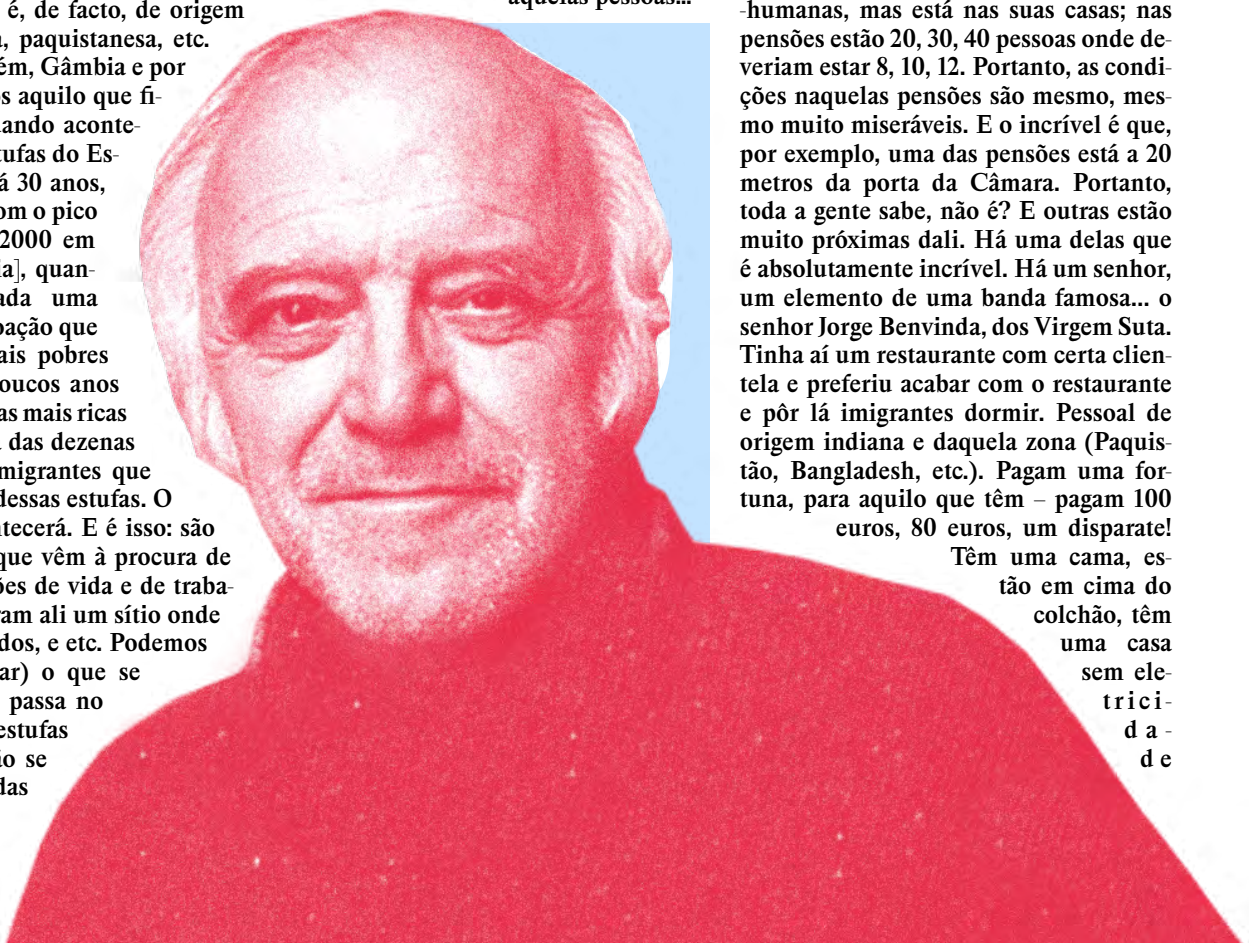
entrevista de Hugo Monteiro

A propósito das notícias que reportaram agressões policiais, com motivação racista, a imigrantes do sudoeste asiático na zona de Odemira – comportamento reincidente, filmado pelos próprios agentes –, estivemos à conversa com o José Falcão (aka Bolche), do SOS Racismo. Falámos do presente, do futuro e de algum passado do combate ao racismo estrutural, da exploração da comunidade migrante e da atualidade da luta antirracista.

Hugo Monteiro: Antes de passar para os acontecimentos que vieram a público. Quem vai ao Alentejo tem uma perceção imediata da situação das estufas, do isolamento e da vulnerabilidade daqueles trabalhadores e trabalhadoras. Mas o que sabemos nós destas pessoas?

José Falcão: Sabemos que são imigrantes que, em vez de virem cá trabalhar para as obras, vêm para a agricultura. Muitos já passaram pelo Estado Espanhol, sendo que a maioria é, de facto, de origem indiana, nepalesa, paquistanesa, etc. Senegalesa, também, Gâmbia e por aí fora. E sabemos aquilo que ficámos a saber quando aconteceu aquilo nas estufas do Estado Espanhol, há 30 anos, nomeadamente com o pico que ocorreu em 2000 em El Egido [Almeria], quando foi assassinada uma pessoa. Uma povoação que era das zonas mais pobres da Europa, em poucos anos tornou-se numa das mais ricas da Europa, à pala das dezenas de milhares de imigrantes que estavam debaixo dessas estufas. O mesmo aqui acontecerá. E é isso: são estes imigrantes que vêm à procura de melhores condições de vida e de trabalho e que encontram ali um sítio onde são sobre-explorados, e etc. Podemos calcular (antecipar) o que se passará: o que se passa no dia a dia fora das estufas e o que é que não se passará dentro das estufas.

HM: Durante a pandemia houve aqui também um despertar público, primeiro a propósito de um surto de covid e depois, principalmente, com a questão do Zmar. Uma das coisas que surgiu na altura foi aquela questão, exemplificativa e absolutamente chocante, do argumento de que a propriedade privada é um Direito Humano. O modo como isso é usado contra a possibilidade de se fornecer habitação um pouco mais condigna para aquelas pessoas...



JF: Quanto às condições de habitação, o SOS esteve lá há uma semana. Há pessoal do núcleo de Beja do SOS que está a trabalhar nessa zona. E foi por isso mesmo que nos alertaram para o que estava a ocorrer, não só em Odemira. Em Beja, sobretudo, a questão da comunidade cigana e as condições de vida que as pessoas têm no Bairro das Pedreiras – depois de já terem passado por outras zonas. Enfim, a comunidade cigana está nas suas barracas em condições infra-humanas, mas está nas suas casas; nas pensões estão 20, 30, 40 pessoas onde deveriam estar 8, 10, 12. Portanto, as condições naquelas pensões são mesmo, mesmo muito miseráveis. E o incrível é que, por exemplo, uma das pensões está a 20 metros da porta da Câmara. Portanto, toda a gente sabe, não é? E outras estão muito próximas dali. Há uma delas que é absolutamente incrível. Há um senhor, um elemento de uma banda famosa... o senhor Jorge Benvinda, dos Virgem Suta. Tinha aí um restaurante com certa clientela e preferiu acabar com o restaurante e pôr lá imigrantes dormir. Pessoal de origem indiana e daquela zona (Paquistão, Bangladesh, etc.). Pagam uma fortuna, para aquilo que têm – pagam 100 euros, 80 euros, um disparate! Têm uma cama, estão em cima do colchão, têm uma casa sem eletricidade

e sem gás, sem água. Têm que levar para lá as coisas, de fazer puxadas elétricas, não têm net, e por aí fora. Enfim, estão num sítio mesmo muito mau. Portanto, nem precisa de haver um campo na agricultura e as coisas correrem mal, porque está muita chuva ou muito sol. Ninguém se preocupa com esta situação, inclusive o aparelho de Estado – digamos assim. E, depois, há alternativas, porque mesmo ali ao pé desta zona, a Santa Casa (da Misericórdia) tem casas. Tem casas que estão vazias, segundo o pessoal de lá.

HM: E há redes de solidariedade? Proximidade com a população local?

JF: Que eu saiba, e segundo o pessoal lá da zona, a relação com esta gente é muito boa. Portanto, há pessoas solidárias. Mas, repara, há muita gente a viver à custa desta mão de obra, da forma como estão a viver e a dormir e das condições em que trabalham. Repara, quando aconteceu o assassinato em El Egido, que provocou uma onda de violência racista contra as pessoas que estavam nas estufas, eles fizeram uma coisa: ou vocês param com isso, ou a gente para de trabalhar. Ponto. E acabou! Essa onda racista e xenófoba contra a imigração parou logo. Porque, evidentemente, a riqueza foi à pala daquelas dezenas de milhar de imigrantes que estavam lá nas estufas. Como, seguramente, em Odemira. Não só por aquilo que não pagam aos imigrantes, como por aquilo que depois cobram a esses mesmo imigrantes quando saem das estufas e do trabalho braçal do Alentejo, para irem dormir em sítios onde ainda são mais explorados.

HM: Mas, para eles pararem de trabalhar, é preciso haver um mínimo de organização ou de auto-organização. Mesmo a questão da violência policial. Aquilo que nós vemos, pelo menos nas notícias, é que, depois, não há testemunhos, não há concretização de queixas porque a tendência é as pessoas terem medo e desaparecerem. O que também indicia algum individualismo, alguma falta de poder de reunião e de organização dessa malta.

JF: Depois das denúncias do que aconteceu com a GNR, logo a seguir, no dia da passagem do ano, o povo todo fez uma festa. E quando digo o povo todo é o pessoal imigrante e o pessoal que anda por ali, naqueles espaços de socialização, de formação política e etc. A polícia foi lá em força bater nas pessoas. E depois percebeu que, afinal, não estavam só imigrantes ali. E essas pessoas todas fizeram queixa, porque foram agredidas. Agora, isso vale o que vale. A gente sabe da impunidade que há com a atuação das forças policiais.

HM: Deixa-me acrescentar que um dos polícias que agrediu as pessoas na festa terá dito, mesmo na lata, que agrediu porque julgava que eram só imigrantes.

JF: Exatamente. Quando perceberam que não estavam lá apenas os senegaleses, os nepaleses... aquelas pessoas que eles não teriam problemas em agredir. E algumas delas fizeram mesmo queixa.

HM: E, para todos os efeitos, confirma algo que, mesmo o caso da violência policial, já fazia desconfiar: não são casos pontuais, é um quotidiano de violência. Aliás, uma das coisas que é relevante, neste último caso denunciado, é que não vem de denúncia das pessoas agredidas. Vem de um telemóvel, que é analisado e onde estão gravados episódios de violência contra as pessoas. Inclusivamente, algumas delas desapareceram e não estão para fazer queixa.

JF: Há muitos anos – há dez, quinze anos, talvez – o SOS andou bastante ali naquela zona a fazer um levantamento da situação da habitação, das condições de vida, etc. Nós falámos disso várias vezes. E ali deparámo-nos com uma coisa: de cada vez que a comunidade cigana queria fazer uma festa e pedia um terreno à Junta, era obrigada a assinar um papel (nós temos cópia desse papel) comprometendo-se em não ir às vilas. Nós fomos saber de um caso e havia outro, e havia outro, e havia outro... E não só não podiam ir à vila, como qualquer coisa que acontecesse na vila, eles seriam responsabilizados. E assinavam. Ou seja, qualquer gajo que ia assaltar um restaurante ou assaltar quem quer que fosse, a culpa era daquelas pessoas, que estavam lá a curtir uma festa. É perfeitamente escabroso o que estava a acontecer, e acontecia há anos. Nós conseguimos sacar esse documento – aliás, foi num posto da GNR que nos deram (risos). E em todo o Alentejo isso acontecia, à descarada. E, claro, não aconteceu nada sobre isso. E, estou em crer, como nunca mais aconteceu nenhuma denúncia, que eles tenham tido vergonha na cara e nunca mais tenham pedido esse papel. Mas era absolutamente impressionante o ponto a que se chegou.

E isto era há quinze anos! Portanto, o esquema da discriminação racial contra a comunidade cigana, contra a comunidade imigrante, contra a comunidade africana e etc., continua hoje.

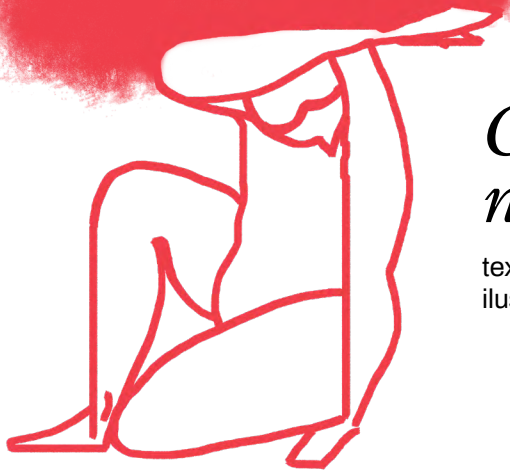
No verão, quando as pessoas se juntam para comer nos acampamentos ciganos, no outro lado da rua, à sombra de uma árvore, com trinta e tal quarenta graus, vem logo a GNR dizer que eles têm de ir comer para a casa deles. Ou seja, para debaixo do zinco dos telhados e por aí fora. É logo! É absolutamente escandalosa, de facto, a forma como estas pessoas são tratadas, têm vindo a ser tratadas ao longo dos séculos. No caso a comunidade cigana, e agora, nas últimas dezenas de anos, a comunidade imigrante.

HM: Uma última coisa, também para acabarmos com algum laivo de esperança. Por outro lado, nós estamos a ver pela primeira vez um sujeito político migrante, muito também como reação à extrema-direita. Confirmas isso?

JF: Sim, sim. Repara, as pessoas mobilizaram-se, naquela zona, para votar. E para ir aos comícios do Chega fazer barulho, dizer aquilo que lhes ia na alma, tendo em conta aquilo que o senhor anda para aí a dizer destas populações. Mobilizaram-se de facto. E mobilizaram-se também politicamente. Porque aquela Câmara de Beja, que ameaçou chamar a polícia de choque para despejar o bairro das Pedreiras, levou à mobilização das comunidades ciganas, com o SOS, e à denúncia desse facto. Conseguiu pôr um comunicado cá fora, antes do dia previsto para a entrada em cena da polícia de choque. Conseguiram parar isso e, hoje, as pessoas ainda lá estão – em condições horríveis e más, não é? Mas, se tivessem ido embora, teriam ido embora para lado nenhum. E quem diz Beja, pode dar-te exemplos de Évora, pode dar-te exemplos de Portalegre e de muitos sítios.

Isto agora veio à pala da questão do Zmar e, sobretudo, das agressões que apareceram ao fim destes anos, de vários anos de terem ocorrido, mas as agressões continuam hoje. Depois daquilo ter aparecido na imprensa, eles, no dia 1, foram agredir as pessoas. No centro da vila!

(Maioria absoluta)



O combate da esquerda no ciclo da maioria absoluta

texto de Francisco Louçã
ilustração de José Torres

Ainda não tinha caído o pano das eleições e comecei a receber mensagens de amigos e conhecidos espantados com os resultados. Convencidos pelas sondagens dos últimos dias de que a diferença entre o PS e o PSD estava entre 2 e 3 pontos percentuais, com o PSD a namorar a extrema-direita e a IL a proclamar o fim do salário mínimo nacional e outras aleivosias, e que a tendência era encurtar-se, correram a votar PS, para descobrirem, assustados, que a diferença afinal era de 13 pontos e que se tinham tornado parteiros de uma maioria absoluta, reeditando em maior a proeza de José Sócrates em 2005. Não sei se foram muitos ou poucos, mas este tipo de deslocações eleitorais de última hora, bem como a polarização do eleitorado do centro atrás de Costa, confirmaram a abertura de um novo ciclo de poder absoluto do PS, com a derrota da esquerda, com a derrota da direita tradicional e com o ascenso da velha e da nova extrema-direita.

O aumento da participação eleitoral, apesar de ainda estarmos a viver os últimos dias da pandemia (58% de votos no total nacional, uma participação ainda maior em alguns casos, como 62% em Lisboa), confirma esta pressão eleitoral. O PS ganhou 350 mil votos, a esquerda baixou de cerca de 900 mil para um pouco menos de 500 mil e, nessa disputa, o voto útil foi fatal. Em consequência, o PCP perdeu deputados de referência, o Bloco perdeu a sua representação em Braga e Aveiro, em ambos os casos por pequenas margens, mas também em Coimbra, Leiria, Faro e Santarém. O PEV e o CDS desapareceram, o PAN ficou reduzido a uma deputada, como o Livre. O parlamento fica com menos esquerda e com menos partidos. Assim, o novo ciclo será de uma oposição de esquerda à maioria absoluta, mobilizando as lutas sociais que respondem à fratura do país, na saúde, no precariado, na igualdade, na transição climática. Para o Bloco, lutar pelo protagonismo de uma oposição parlamentar sólida é tão fundamental como sempre, mas a luta social ganha novos contornos, pois nestes quatro anos terá de mobilizar mais base social e militante, essa será a forma de enfrentar a maioria absoluta.

À direita, o mapa mudou. É confortável para o Chega e para a IL usarem este impulso na oposição, sem que as suas políticas sejam testadas: a alegre mistura de propaganda e agressividade tem assim um campo aberto, o que tem sido favorecido pelo PS na ilusão de que a pressão sobre o PSD lhe convém. A mudança de agulha do PSD será provavelmente influenciada por este novo mapa e, se me é permitida uma aposta, a futura liderança será o mais parecida possível com estas extremas-direitas, a velha e a nova. A direita segue para a direita, é a Lei de Trump.

O ciclo da maioria absoluta para os próximos quatro anos é um perigo, sobretudo em duas áreas: nos serviços públicos, considerando o antagonismo entre o PS e a escola pública ou o seu empenho em proteger o sistema privado de saúde; e na economia, considerando que o PS blinda os negócios de grandes empresas (nos últimos anos, os casos do Novo Banco e da EDP são os mais gritantes) e usa o sistema fiscal para transferir recursos para o capital, como o poderá voltar a fazer, por exemplo, para compensar o aumento do salário mínimo. A inflação, mesmo que ainda curta, já corrói os rendimentos do trabalho, em muitos casos também punidos pelo aumento do custo da habitação. Por isso, será mais uma vez na vida social que se jogará a supremacia ou o desgaste desta maioria absoluta. Chegado ao píncaro do seu poder, Costa tem agora pela frente todas as dificuldades que criou, que ignorou ou que agigantou. Pelo nosso lado, a esquerda construirá a sua força na clareza e energia da sua mobilização contra a maioria absoluta.

O "direito" aos cuidados de saúde

texto de Jovem Conservador de Direita*

Os cuidados de saúde atingiram um nível de qualidade tão elevado que a esquerda decidiu decretar a saúde como direito. A esquerda não pode ver nada bom que decide logo que tem de ser gratuito. É curioso que, quando a única forma de tratar pessoas era dar-lhes um banho de sanguessugas ou bater-lhes com paus na cabeça até se sentirem melhor, ninguém defendia que o acesso a cuidados de saúde era um direito. Agora que os cuidados de saúde são bons, a esquerda decidiu que toda a gente tem de ter direito aos mesmos, independentemente dos seus rendimentos.

Isso é uma ideia perversa que, infelizmente, está na nossa Constituição. Esta ideia tem tornado os portugueses cada vez mais irresponsáveis e fracos. Antes de haver Serviço Nacional de Saúde (SNS), os portugueses eram cautelosos e não corriam riscos porque sabiam que, se acontecesse alguma coisa, estavam entregues à sua responsabilidade e os contribuintes não iam aparecer para financiar o seu tratamento. Os portugueses sabiam que não podiam dar-se ao luxo de ter comportamentos arriscados que lhes pudessem causar cancros e, por isso, muitos decidiam ter a cautela de morrer de cirrose ou de acidentes com carros de bois, antes de chegarem à idade em que a probabilidade de apanhar cancro é mais alta.

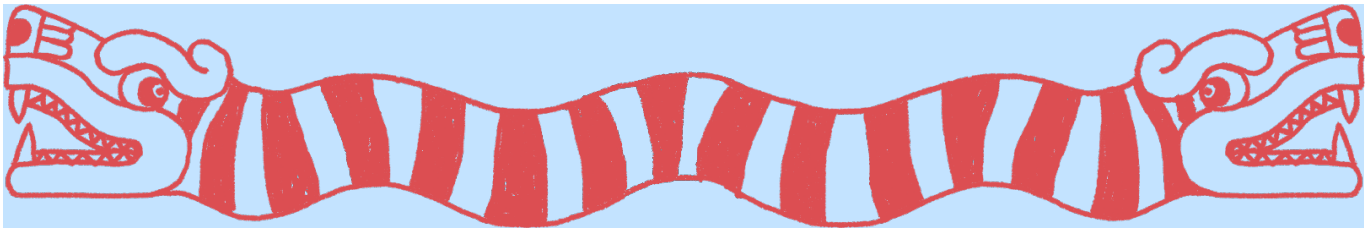
Hoje os portugueses têm um SNS que lhes dá liberdade para se tornarem drogados, malabaristas, street racers e arqueólogos. É um cheque em branco passado pelos contribuintes para a falta de cautela. Torna também os portugueses mais moles e amedrontados. Dantes, tinham um problema de saúde e aguentavam estoicamente. Hoje, à mínima coisa, seja uma gripe ou ébola, vão logo para as urgências.

Isto torna os portugueses menos aptos para lidarem com as frustrações e torna-nos mais fracos como país. Antes do SNS, só os portugueses mais rijos e competentes aguentavam. Só aqueles mais responsáveis, que conseguiam arranjar bons empregos para financiarem os seus próprios cuidados de saúde, sobreviviam. O SNS contribui para a seleção do mais fraco.

Para agravar, o SNS torna muito mais fácil a reprodução de pessoas com valores subversivos e geneticamente menos capazes. Segundo estudos, à conta do SNS, o QI nacional médio baixou 20 pontos nos últimos anos. Isto porque os idiotas arranjaram forma de os contribuintes financiarem o aumento da sua esperança média de vida, alargando o intervalo de tempo em que se podem reproduzir. Assim, aumenta o número de extremistas de esquerda que querem fazer mal às pessoas de sucesso. Estas são obrigadas a financiar com os seus impostos um SNS que trata de marxistas que lhes querem mal e, ao mesmo tempo, veem o prémio do seu seguro de saúde aumentar por causa dos problemas de saúde provocados pelo stresse de saberem que os seus impostos estão a financiar a sobrevivência daqueles que os querem destruir via revolução.

Já sei que alguém vai tentar cancelar-me por estar a defender eugenia. Eugenia é haver tanta gente de direita a evitar ter filhos por estarmos num país cada vez mais entregue à esquerda. Seleção artificial acontece quando as pessoas de direita são abatidas financeiramente por socialistas via impostos. Estamos a destruir os mais fortes, para que os mais fracos possam sobreviver. É um genocídio via fiscalidade.

É claro que eu, como cristão, não gosto que pessoas morram, mesmo sendo mais fracas e de esquerda, sabendo que isso poderia ser evitado. Mas, se não houvesse SNS, estas mortes seriam inevitáveis e eu não tinha de sentir remorsos. Se conhecesse as pessoas de vista até podia abanar a cabeça, fazer um ar carregado de incredulidade e oferecer-lhes as minhas orações e condolências. Sou muito generoso e faço tudo o que está ao meu alcance para ajudar as pessoas, desde que isso não implique redistribuir o meu dinheiro. O SNS, como salva-vidas, faz com que as pessoas não se importem de pagar impostos. Isso, sim, é imoral. É responsabilidade das pessoas manterem-se vivas, não do Estado.



* Jovem Conservador de Direita é uma personagem humorística animada por Bruno Henriques e Sérgio Duarte.

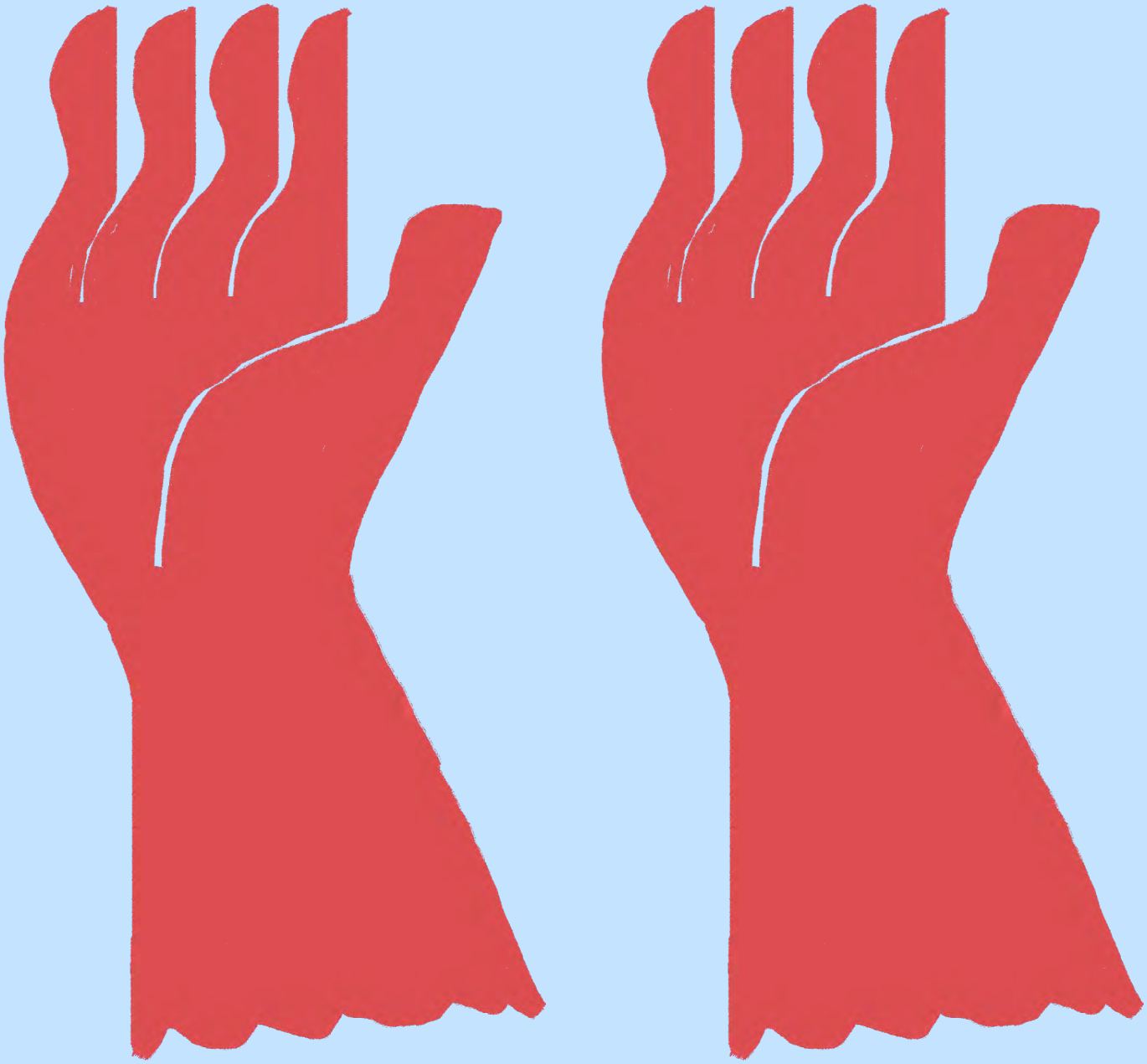
ENCONTRO
“TRABALHO REPRODUTIVO, CUIDADOS E SERVIÇO DOMÉSTICO”

4—5 MARÇO

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

dossiê

#47 SÉRIE II FEVEREIRO 2022



Teoria da reprodução social

Cuidados. Mudar de vida?

Andrea Peniche
Mafalda Brilhante

Consegues imaginar um mundo em que haja tempo para cuidar e essa responsabilidade não recaia apenas sobre as famílias? Um mundo em que haja serviços públicos que garantam respostas aos diferentes tipos de cuidados de que todas as pessoas necessitam nos vários momentos da vida, ao mesmo tempo que se garantem direitos a quem trabalha? É uma revolução e é sobre ela que te queremos falar.

Atrevemo-nos a dizer que se o tema dos cuidados não estivesse associado às mulheres, provavelmente a crise dos cuidados, nacional e internacional, que estamos a viver não estaria tão relegada para quinto plano por vários setores da sociedade, do Estado aos partidos, dos sindicatos às empresas.

Cuidar das pessoas, sejam elas mais novas ou mais velhas, com alguma dependência específica ou apenas com aquela gripe que nos deita abaixo por uns dias, tem sido um trabalho entendido como uma extensão das tarefas domésticas e, como tal, reservado às mulheres: mãe, filha, vizinha, irmã, avó, amiga. E se esta situação foi aparentemente sustentável durante todos os anos em que as portas do trabalho assalariado estiveram fechadas para a maior parte das mulheres, há muitas décadas que deixou de ser assim. Porém, continuaram a ser as mulheres a assegurar estas tarefas, desdobrando-se entre o trabalho assalariado e o trabalho não remunerado na esfera doméstica, perfazendo jornadas diárias de 12 horas e meia de trabalho, em média. A promessa liberal de igualdade meteu as nossas mãos à obra e deixou-nos nesta encruzilhada: a nossa independência tem um preço: acumular trabalho. Em resultado, sobra a desigualdade, presente e futura: horários de trabalho intermináveis, pensões de reforma que não contabilizam (todas) as horas de trabalho. Se nada for feito, a pobreza continuará a ter rosto de mulher.

Mas as mulheres não cuidam apenas de pessoas, cuidam das casas, das suas e das de outras pessoas: limpar, lavar, cozinhar, arrumar são verbos que neste país ainda reclamam sujeito feminino. Na sua casa ou nas empresas, no setor público e no privado, somos a esmagadora maioria a desempenhar as tarefas essenciais à manutenção e reprodução da vida, por isso elas são tão desvalorizadas, social e economicamente.

Nenhum governo, até hoje, se dispôs a mudar de paradigma. Toda a resposta pública está entregue a instituições do setor social e solidário. São 1,5 mil milhões de euros que o Estado transfere todos os anos para as IPSS, desresponsabilizando-se da precariedade de quem trabalha no setor e deixando uma mensagem clara: a obrigação de cuidar pertence às famílias, às mulheres de cada família.

O resultado deste modelo, do lado dos cuidados formais, é uma despesa pública em cuidados de longa duração de apenas 0,4% do PIB: o acesso a apoio de profissionais (domiciliário ou institucional) chega a menos de 13% das pessoas idosas; dos cerca de 100 mil lugares disponíveis em creches, 37% não têm qualquer comparticipação pública; nos cuidados continuados, apenas 2% da oferta é pública. Por outro lado, o valor dos cuidados informais não pagos está estimado em 4 mil milhões de euros anuais. Existem mais de 800 mil cuidadores informais a nível nacional, dos quais 4 em cada 5 são mulheres. E se é verdade que se fez caminho no reconhecimento do Estatuto do Cuidador Informal, fruto da luta destas pessoas, também é verdade que muitos foram os problemas identificados aos quais o Governo PS não quis dar resposta na hora da concretização do Estatuto, impondo, por exemplo, uma condição de recursos que exclui milhares de pessoas, ou por se recusar a reconhecer que quem cuida nem sempre é membro da família da pessoa cuidada.

Se as condições para quem cuida informalmente estão longe de serem dignas, quem trabalha no setor social e solidário, assegurando os escassos cuidados formais existentes, tem como certas a precariedade e a insegurança: quase um terço das trabalhadoras e trabalhadores das IPSS têm contratos de trabalho temporários, a que se somam quem está a recibos verdes. Em 2019, mais de 60% destas pessoas recebia o salário mínimo. Precariedade, informalidade e baixos salários são a regra.

É preciso mudar de vida. Os cuidados têm de ser reconhecidos como um direito social universal. Por isso reclamamos um Serviço Nacional dos Cuidados público e nos mobilizamos para a sua construção. Este deve integrar, entre outras respostas, uma rede pública de lares e centros de dia, com cuidados universalizados, serviços de apoio domiciliário, uma rede pública de creches, uma bolsa pública de assistentes pessoais e ajudantes familiares. Mas é preciso também criar alternativas à institucionalização, de modo a que o direito à vida independente seja garantido.

Que precisamos de mais tempo para cuidar parece-nos uma evidência, mas garanti-lo tem de passar por romper com a lógica machista que entrega essa tarefa às mulheres, desvalorizando-a e invisibiizando-a, o que resulta em jornadas de trabalho intermináveis, em salários de miséria e em reformas iníquas. Passa também por alargar as licenças parentais, garantindo a partilha paritária das tarefas, mas também pela redução do horário de trabalho formal.

Um Serviço Nacional de Cuidados permite criar milhares de postos de trabalho, de trabalho com dreitos que acabem com a precariedade imposta há décadas, aliviando a carga que as famílias, as mulheres das famílias, carregam desde sempre. Os cuidados tocam em várias esferas das nossas vidas, cruzando várias lutas numa só: feminismo, direitos laborais, antirracismo, direitos das pessoas imigrantes, direito a uma vida independente.

No parlamento e nas ruas, mudar de vida? Mudar de vida!

Monólogo de uma mulher chamada Maria com a sua patroa

Sara Barros Leitão | **Encenação e interpretação**

Joana Teixeira

Sara Barros Leitão entra em palco munida de mopa, balde, esfregona e outros tantos adereços bem nossos conhecidos e começa a limpar o chão. Aquilo que poderia ser uma mera introdução ao que estávamos prestes a ver, passou a ser razão de desconforto. É que tudo o que está à frente dos nossos olhos desaparece, deixa de ser notado - faz parte da paisagem não questionada. Ali tinha passado a ser protagonista, obrigando-nos a enfrentar o que nos ensinam a não ver. A precisão com que aquela mulher à nossa frente limpava o chão, sem deixar passar um qualquer "pedacinho ali", passou a hipnotizar. Limpava o chão e as mentes para aceitarmos, despojadas, o que viria depois - esse difícil exercício de questionar o que sempre ignorámos.

É a partir deste momento que somos enquadradas no Estado Novo, quando a desigualdade social levava milhares de meninas e mulheres, em particular do interior do país, a servirem como criadas nas casas das famílias abastadas das cidades. Criadas com um desígnio malfadado, o de garantir tudo - limpar, cuidar dos mais pequenos, cuidar dos mais velhos, cozinhar, lavar a roupa, fazer recados, manter a felicidade do lar - sem jamais fazer qualquer consideração sobre a que custo.

Aquela mulher em palco, ora no cúmulo da vulnerabilidade das mulheres a quem a sua própria existência foi negada, ora na arrogância de quem beneficiava destas relações de poder e de classe, restaura a memória do processo de criação do primeiro Sindicato do Serviço Doméstico em 1976. Ao fazê-lo, pauta-se por uma premissa essencial – a de saber retirar das palavras escritas de mulheres concretas o apontar de dedo às falhas estruturais na forma de organização da nossa sociedade. E é assim que consegue também dar o lugar de devido destaque ao processo coletivo de mobilização do que chegariam a ser nove mil trabalhadoras domésticas sindicalizadas.

Somos todas netas e filhas de Marias, e de Patroas também. Ao sair da peça, seremos também ativistas convictas e conhecedoras do legado precioso desta luta, que é por vezes demais absorvida e ignorada na espuma dos dias.

O que é a Teoria da Reprodução Social?

Tithi Bhattacharya

Uma das acusações mais frequentes ao marxismo é a de que, como teoria, se preocupa com a "classe" em detrimento do género.

É importante afirmar, desde já, que a história das organizações que se reclamam "marxistas" nem sempre foi gloriosa, no que diz respeito a categorias de opressão, como o género e raça. Toda a gente conhece alguém a quem um homem "marxista" disse que contrariedades "menores", como o machismo ou o racismo, serão resolvidas "depois da revolução", por isso, e entretanto, todos nos devemos empenhar e trabalhar na nossa luta de classes. Episódios de assédio sexual por homens marxistas também não são, infelizmente, pouco frequentes em organizações de esquerda, tanto no passado quanto no presente.

Para além do assédio, as mulheres referem sentirem-se desprezadas, sabotadas e institucionalmente descartadas dentro das organizações. Vozes de mulheres ativistas, como as das comunistas indianas envolvidas na histórica luta de Telangana em 1947, de comunistas britânicas, como Doris Lessing ou Peggy Dennis, de uma liderança do Partido Comunista dos Estados Unidos contam uma desanimadora história de sexismo e deceção em organizações que essas mulheres tinham encarado como o trabalho das suas vidas e fonte de esperança.

Esse registo é particularmente assustador, porque muitas de nós tornamo-nos marxistas precisamente porque é suposto os marxistas revolucionários serem as pessoas mais intolerantes com a opressão de género. Juntamo-nos a organizações revolucionárias porque pensamos no marxismo como uma teoria insurgente – que luta, mas nunca se satisfaz com qualquer reforma parcial que o sistema oferece e mobiliza para a completa destruição do capitalismo – e, portanto, como uma das melhores ferramentas para lutar pela libertação das mulheres e pela justiça de género.

É por isso que, se somos revolucionários sérios e não pregadores irracionais de dogmas, há dois aspetos, mutuamente contraditórios, da história marxista que temos de considerar. O primeiro é o dano causado, em nome do marxismo, à causa revolucionária da justiça de género; o segundo é como o modelo marxista, apesar dos muitos tropeções históricos em seu nome, permanece como a melhor maneira de entender a opressão sob o capitalismo e, portanto, fornece pistas para superá-la.

Teoria marxista

Há um aspeto muito pouco desenvolvido no cerne da análise de Marx sobre o capitalismo. Em ***O Capital***, Livro 1, Marx identifica a "força de trabalho", ou nossa capacidade de trabalhar, como a "mercadoria especial" que o capitalista precisa para pôr o sistema em movimento e mantê-lo a funcionar. A nossa força de trabalho, diz-nos Marx, tem a "peculiar propriedade de ser uma fonte de valor" porque, com essa força de trabalho, criamos mercadorias e valor para o capitalismo. A apropriação do nosso trabalho excedente pelos capitalistas é a fonte da sua dominação. Sem a nossa força de trabalho, o sistema entraria em colapso.

Mas Marx é frustrantemente silencioso sobre o resto da história. Se a força de trabalho produz valor, como é a força de trabalho produzida? Certamente que os trabalhadores não brotam do chão e chegam ao mercado de trabalho frescos e prontos para venderem a sua força de trabalho ao capitalista.

Os estudos marxistas posteriores, como os de Lise Vogel, Martha Gimenez, Johanna Brenner e, mais recentemente, de Susan Ferguson e David McNally, aproveitaram a visão transformadora, mas incompleta, de Marx e desenvolveram-na. Talvez seja importante recordar, neste contexto, o potencial e a criatividade inerentes à tradição marxista, corretamente designada de tradição viva, que permitiu que novas gerações de marxistas a examinassem criticamente e a expandissem.

Olhando de perto O Capital de Marx, esses estudiosos argumentam que a chave do sistema, a nossa força de trabalho, é, na verdade, ela mesma produzida e reproduzida fora da produção capitalista, num lugar "baseado em relações de parentesco" chamado família. Numa excelente passagem, Vogel explica claramente a conexão entre a luta de classes e a opressão das mulheres:

> A luta de classes pelas condições de produção representa a dinâmica central do desenvolvimento social nas sociedades caracterizadas pela exploração. Nessas sociedades, o trabalho excedente é apropriado por uma classe dominante, e uma condição essencial para a produção é a (...) renovação de uma classe subordinada de produtores diretos comprometidos com o processo de trabalho. Normalmente, a reposição geracional fornece a maioria dos novos trabalhadores necessários para reabastecer essa classe, e a capacidade das mulheres de gerar filhos desempenha um papel crucial na sociedade de classes (...). Nas classes proprietárias (...), a opressão às mulheres decorre do seu papel na manutenção e herança da propriedade (...). Nas classes subordinadas (...), a opressão feminina (...) d*eriva do envolvimento das mulheres nos processos que renovam os produtores diretos, assim como seu envolvimento na produção.* (Vogel, 1983, p. 129. Itálico da autora)

Este é, essencialmente, o argumento principal do que Vogel e outras marxistas posteriores designam por "teoria da reprodução social". A teoria da reprodução social mostra como a «produção de bens e serviços e a produção da vida são parte de um processo integrado», como Meg Luxton referiu. Se a economia formal é o local de produção de bens e serviços, as pessoas que produzem tais coisas são, elas próprias, produzidas fora do âmbito da economia formal a um custo muito baixo para o capital.

A força de trabalho é, em geral, reproduzida por três processos interligados:

1. Por atividades que regenerem o trabalhador fora do processo produtivo e lhe permitam voltar a ele. Isto inclui, entre muitas outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados de saúde que mantenham a integridade da pessoa.

2. Por atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer razão, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego.

3. Pela reprodução de novos trabalhadores, ou seja, dar à luz.

Essas atividades, que formam a própria base do capitalismo, na medida em que reproduzem o trabalhador, são feitas de forma totalmente gratuita para o sistema por mulheres e homens no espaço doméstico e na comunidade. (…)

A perceção mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com sucesso, ainda que desigualmente, a esfera da reprodução e a esfera da produção. Mudanças numa esfera originam efeitos na outra. Baixos salários e cortes neoliberais no trabalho podem produzir despejos e violência doméstica.

Porque é essa a perceção mais importante? Porque dá substância histórica real à compreensão: (a) quem é a "trabalhadora" e (b) de que forma pode lutar contra o sistema. Mais importante, a teoria ajuda-nos a entender que quaisquer ganhos em direitos de género que alcançarmos, tanto na economia formal quanto fora dela, são sempre temporários, porque a base material da opressão das mulheres relaciona-se com o sistema como um todo. Qualquer debate sobre o fim da opressão e sobre a libertação precisa, portanto, de colocar em simultâneo a discussão sobre o fim do próprio sistema.

A importância da esfera da produção

Se as mulheres providenciam o principal suporte do capitalismo fora do local de trabalho, através de seu trabalho não remunerado, isso torna as questões do local de trabalho questões de homens? Quem quer que espere encontrar o estereótipo do trabalhador do século XIX - um homem branco de fato de macaco empunhando uma chave inglesa - deve olhar mais de perto para a verdadeira imagem do mercado de trabalho dos Estados Unidos.

A maior parte das mulheres dos EUA têm que trabalhar para viver. Isso significa que vendem a sua força de trabalho no mercado e são trabalhadoras. As mulheres representam metade – precisamente 47% – da mão de obra estado-unidense e a percentagem de mães casadas que trabalham aumentou de 37%, em 1968, para 65%, em 2011. De acordo com um estudo da Pew Research divulgado este ano, 40% de mães estado-unidenses são as principais responsáveis pelo sustento das suas famílias, um recorde, em comparação com uns meros 11% em 1960 (Wang; Parker; Taylor, 2013). (…)

Por conseguinte, quem argumenta que as questões das mulheres só têm que ver com o que vivemos ou enfrentamos em casa (violência sexual, saúde reprodutiva, cuidado das crianças, etc.) ou fora da esfera da produção está simplesmente enganado. Qualquer discussão sobre salário ou local de trabalho, organização do trabalho ou lutas por direitos é uma discussão altamente genderizada.

Mas há duas tendências radicalmente contraditórias que marcam todas as notícias recentes sobre mulheres. Uma é a miséria insuportável da grande maioria das mulheres e a outra é a ascensão de um grupo incrivelmente próspero e multiétnico de mulheres da classe dominante.

Mais de três quartos da mão de obra nas dez maiores categorias de empregos com baixos salários é feminina, e mais de um terço são mulheres não-brancas. Já antes escrevi sobre como os Estados Unidos estão um dos únicos países do mundo onde não existe licença remunerada de maternidade, tornando extremamente difícil para as mulheres serem mães-trabalhadoras (Bhattacharya, 2013). Além disso, um terço dos trabalhadores não têm acesso a baixa médica remunerada e só 42% têm direito a férias pagas. Como os sindicalistas corretamente assinalam:

> Qual o impacto na saúde pública quando quem trabalha não consegue ter o direito a ficar doente durante uma epidemia de gripe? Quem cuida da criança doente? Quem está em casa a preparar as refeições e a ajudar nos trabalhos de casa? Quem pode dedicar tempo a ascendente doente e velho?

Como podem as mulheres equilibrar o fardo do trabalho não remunerado em casa com um trabalho remunerado de tempo inteiro? A verdadeira resposta é que não podem.

Em 1990, a participação das mulheres no mercado de trabalho era de 74%, ocupando os Estados Unidos, nesta questão, o sexto lugar, num conjunto de 22 países desenvolvidos. Graças às políticas neoliberais das duas décadas seguintes, a participação das mulheres aumentou apenas um bocadinho, para 75,2%, enquanto noutros países industrializados, subiu de cerca de 67% para quase 80%.

As mulheres são forçadas a trabalhar a tempo parcial. A hostilidade do mercado de trabalho em relação à natureza de género do trabalho doméstico explica a razão pela qual apenas 9% das mães trabalhadoras trabalha mais de 50 horas por semana. Pensemos nisto por um minuto. Se as mães trabalhassem, digamos, 55 horas por semana, acrescentando o tempo necessário às deslocações, os estudos sociológicos mostraram que elas teriam de sair de casa às 8h30 e voltariam às 20h30 todos os dias da semana de trabalho.

Apesar dos amplos poderes da internet, as crianças ainda precisam que as vão buscar à escola e de ser alimentadas por uma pessoa viva, e os pais idosos precisam também de ser cuidados por uma pessoa. Na maior parte dos casos, nos Estados Unidos, essa pessoa continua a ser uma mulher.

Da pesquisa mencionada, torna-se claro que qualquer questão relacionada com o local de trabalho é, na verdade, também sobre mulheres e género. As políticas que governam o local de trabalho têm o poder de afetar as mulheres tanto no trabalho, quanto em casa. Mas, pelo que devemos lutar? Devemos lutar por salários iguais aos dos homens numa economia de salários baixos? Devemos lutar por um serviço universal de cuidados, que nos alivie do sobrepeso da responsabilidade de cuidar? Devemos lutar como "mulheres" ou devemos lutar como "trabalhadoras"?

Há um grupo particularmente expressivo de mulheres que emergiram na nos meios de comunicação social recentemente para defender os direitos das mulheres. Joan C. Williams é uma socióloga bastante perspicaz, cujo trabalho sobre classe e género deve ser amplamente lido. No entanto, recentemente fez a dececionante observação de que "o feminismo executivo é justamente o que precisamos para impulsionar a estagnada revolução género". Com "feminismo executivo", Williams quer, literalmente, dizer "feminismo" das diretoras-executivas das grandes multinacionais. Nomeia Sheryl Sandberg e a professora da Universidade de Princeton Anne Marie Slaughter como líderes nesta "nova fronteira do feminismo".

Muita gente pode deleitar-se com a invasão das salas de reuniões das empresas por um punhado de mulheres. Essas salas de reuniões e campos de golfe adjacentes têm sido os bastiões do privilégio masculino de classe alta há séculos. Mas leva-nos a uma questão central: como ficam os direitos de género, se os separamos da questão de classe? As diretoras-executivas defenderão os interesses de todas as mulheres?

As melhores políticas para promover os interesses da maioria das mulheres são também as mesmas políticas que cortam os lucros do capitalismo como sistema de produção. Por exemplo, assistência médica universal garantiria que todo o homem, mulher e criança, com emprego remunerado ou não, teria acesso a cuidados de saúde gratuitos sempre que necessário. Isso reduziria a dependência da mulher desempregada do seu companheiro empregado e poderia, potencialmente, permitir que ela tivesse controlo sobre sua saúde reprodutiva e as suas escolhas, para não falar do apoio à saúde e ao cuidado da sua família. Ela poderia escolher quando e se quer ter filhos e ter apoio domiciliário – gratuito – para os membros idosos da família, reduzindo, assim, drasticamente seu próprio trabalho em casa.

Mas a indústria médica e de saúde é um negócio multibilionário que combateria esta possibilidade com unhas e dentes. Do mesmo modo, é do interesse das mulheres que tenhamos um salário decente para todas as pessoas trabalhadoras, já que mulheres estão desproporcionalmente entre as pessoas mais mal pagas da economia. Neste caso, também esbarramos com os lucros do capitalismo, e será uma batalha difícil de vencer. As Sheryl Sandbergs do mundo são claramente guerreiras de classe, usando da linguagem dos direitos das mulheres para reforçar um sistema que só beneficia a sua classe. (…)

A mensagem central vinda desta nova geração de diretoras-executivas é que trabalho e mais trabalho vai libertar as mulheres. É certamente verdade que a independência financeira das mulheres é um direito conquistado com muito esforço e precisa de ser constantemente reforçado através da luta. É por isso que encontramos nos escritos das primeiras marxistas, como Nádia Krupskaya, uma grande ênfase no trabalho das mulheres na esfera da produção e no seu potencial libertador.

Mas a "independência" económica assenta muito melhor na Sheryl Sandberg do que na mãe que trabalha na Taco Bell – porque a relação de Sandberg com o capitalismo, como chefe, é de controlo, enquanto a da mãe da classe trabalhadora é de completa perda de controlo. No caso da última, o seu trabalho dá-lhe uma independência económica limitada do seu/sua companheiro/a, mas uma completa dependência dos caprichos do mercado.

Quando Sandberg diz que as mulheres precisam trabalhar mais para obterem recompensas, está a pedir para uma certa classe de mulheres – a dela – arrancar mais controlo aos homens da sua classe, mantendo intacto o sistema que funciona através do trabalho pago e não pago da maioria das mulheres. De facto, investigadoras como Karen Nussbaum argumentaram que o sistema criou alguns espaços para mulheres da classe dominante com o intuito de evitar mudanças institucionais mais profundas que transformariam a relação da maioria das mulheres com o trabalho:

> Para conter as crescentes exigências das trabalhadoras, os empregadores criaram oportunidades para algumas mulheres, criando vagas profissionais e de gestão para mulheres com formação universitária, mas, ao mesmo tempo, resistindo às exigências por mudanças institucionais que melhorariam os empregos de todas as mulheres. As mulheres de ambos os extremos da força de trabalho continuam a partilhar preocupações sobre igualdade salarial e políticas de conciliação entre o trabalho e a família, mas a intensidade das questões difere conforme mudam as condições dos dois grupos. Os empregadores criaram uma válvula de segurança. As

mulheres com formação universitária que eram bancárias passaram a ser gerentes, as coordenadoras de edição passaram a ser editoras-chefe. A percentagem de mulheres gerentes duplicou de 19% para 38% no período entre 1970 e 2004" (Nussbaum, 2007, p. 165)

É reducionista dizer que as batalhas de género na nossa sociedade são as mesmas que as de classe. Mas é correto dizer: (a) seguindo Lise Vogel, que a luta de classes representa a "dinâmica central" do desenvolvimento social; e (b) que é do interesse do capitalismo, como sistema, impedir qualquer mudança significativa nas relações de género, porque essas mudanças reais vão, em última instância, afetar os lucros.

A importância da esfera da reprodução

Torna-se razoável, então, que a melhor forma de lutar pelos direitos das mulheres na esfera da produção é através de nossas organizações sindicais. Há alguns momentos verdadeiramente inspiradores na história do trabalho nos quais os sindicatos lutaram pelo direito ao aborto, salários iguais e contra a homofobia. Mas a classe trabalhadora não trabalha só no seu local de trabalho. Uma trabalhadora também dorme em sua casa, os seus filhos brincam no parque público e frequentam a escola local e, às vezes, ela pede à mãe reformada que ajude na cozinha. Por outras palavras, as principais funções da reprodução da classe trabalhadora acontecem fora do local de trabalho.

Quem melhor compreende esse processo? O capitalismo. É por isso que o capitalismo ataca violentamente a reprodução social, para ganhar a batalha no âmbito da produção. É por isso que ataca os serviços públicos, empurra o fardo do cuidado para as famílias individuais, corta nos direitos sociais - para tornar toda a classe trabalhadora vulnerável e menos capaz de resistir aos ataques no local de trabalho. Quem também entende bem este processo? O marxismo revolucionário. É por isso que podemos ser o elo entre a esfera da reprodução, a comunidade cuja escola fechou, a casa onde a mulher é vítima de violência, e a esfera da produção, onde lutamos por direitos e por melhores salários.

E fazê-mo-lo de duas maneiras. Fornecemos (a) a conexão analítica entre as "duas esferas" do sistema através da teoria marxista e (b) atuamos como uma tribuna das oprimidas e oprimidos, particularmente quando a luta não se generalizou ao local de trabalho. Não é verdade que a classe trabalhadora não pode lutar na esfera da reprodução, mas é verdade, no entanto, que só pode vencer o sistema na esfera da produção. Algumas das maiores lutas da história da classe trabalhadora começaram fora da esfera da produção. As duas revoluções mais significativas do mundo moderno, a francesa e a russa, começaram como revoltas por pão, e foram lideradas por mulheres.

Compreender o capitalismo como um sistema integrado, no qual a produção é sustentada pela reprodução social, pode ajudar as e os ativistas a entenderem o significado das lutas políticas em ambas as esferas e a necessidade de unificá-las. Vejamos o caso dos direitos reprodutivos, uma das lutas críticas dos nossos tempos, que não é, diretamente, uma luta do local de trabalho. Os direitos reprodutivos dizem unicamente respeito ao acesso das mulheres ao aborto e à contraceção? Na verdade, direitos reprodutivos deveriam designar-se justiça reprodutiva. O direito de escolha de uma mulher não deve ser só o direito de escolher não ter filhos, mas também o direito de escolher tê-los. (…)

Além disso, a escolha reprodutiva não pode ser apenas para ter controlo dos nossos ovários. Trata-se de ter controlo sobre nossas vidas: sobre se e quando ter filhos, quantos filhos ter, ter tempo para cuidar deles, ter escolas públicas para os matricular, tê-los a eles e aos seus pais fora das grades e, muito importante, ter um salário decente para poder tomar decisões sobre todas essas coisas. (…)

Por uma luta integrada contra o capitalismo

Neste momento particular da crise neoliberal, o género está a ser usado como uma arma da luta de classes pelo capital. A persistente defesa da violação por parte de figuras notáveis, o severo ataque aos direitos reprodutivos e a crescente transfobia são o resultado das várias tentativas de o capitalismo resolver a crise económica, atacando a vida da classe trabalhadora, tanto no trabalho quanto em casa. A nossa solução, a partir do marxismo revolucionário, não é simplesmente falar sobre a importância da luta de classes, mas relacionar as lutas da economia formal àquelas que estão fora dela. Para isso acontecer, é menos importante "ganhar a discussão" com as identidades oprimidas. É mais importante ganhar a sua confiança, sendo as lutadoras e lutadores mais intransigentes em casa e no trabalho.

É por isso que, nas organizações onde lutamos por salário (por exemplo, nos sindicatos), precisamos levantar a questão da justiça reprodutiva e, nas nossas organizações onde lutamos contra o sexismo e o racismo, precisamos levantar a questão dos salários. Precisamos de uma geração de mulheres e homens insubmissos para fazer estabelecer esta conexão nos nossos locais de trabalho, nos nossos campus universitários e nas ruas. Essa é a verdadeira tradição do marxismo revolucionário.

Nota: A versão integral do texto, incluindo as referências bibliográficas, está disponível na página da Rede Anticapitalista.

Le care, *théories et pratiques*

França, 2021; no prelo, em português

José Soeiro

Le *care*, théories et pratiques (França, 2021; no prelo, em português), de Helena Hirata, combina uma apresentação e balanço dos principais debates teóricos em torno do cuidado e das suas implicações políticas com um estudo comparativo internacional (Japão, França e Brasil) centrado nas práticas de cuidado dos mais velhos, associando uma perspetiva atenta às estruturas sociais, à organização sociopolítica do cuidado e às especificidades nacionais da articulação entre Estado, família, comunidade e mercado na provisão de cuidados, com uma perspetiva micro, que analisa com detalhe as práticas e as subjetividades que emergem nesse trabalho de cuidado.

Helena Hirata é uma figura central do feminismo materialista e uma das sociólogas que mais fecundamente tem estudado as relações entre trabalho e género. Em França, onde é investigadora emérita, trabalhou com Danièle Kergoat, que desenvolveu, sob o impulso do movimento feminista da década de 1970, os conceitos de "divisão sexual do trabalho" e de "consubstancialidade" para dar conta da indissociabilidade e da interdependência das relações sociais de sexo e de classe. Hirata tem sido, nos últimos anos, uma das principais dinamizadoras internacionais dos estudos do cuidado e de redes sobre o tema, não apenas na Europa, mas também na América Latina, destacando-se pela sua perspetiva centrada no trabalho, mas que o amplia a toda "a produção do viver em sociedade", tomando os cuidados, justamente, como paradigma desta "produção do viver" e da imbricação das desigualdades de género, de classe social e de raça.

Além de um estudo rigoroso e notável, este livro é um contributo indispensável para pensar a centralidade do trabalho no processo emancipatório - justamente do trabalho em sentido abrangente, formal e informal, remunerado e não remunerado - e para incluir nesse processo novas figuras salariais femininas e toda a questão da organização social dos cuidados.